

## Conselho Científico do IICT

### Audição parlamentar - Contribuição para uma análise do IICT.

A criação do IICT, em Abril de 1982, na sequência da última reestruturação da antiga “Junta de Investigações do Ultramar”, foi um factor de projecção das ciências tropicais portuguesas. A actual Lei Orgânica do IICT define claramente as suas atribuições na execução da política de I&D da cooperação portuguesa relativa aos países das regiões tropicais. Pretendia-se uma unidade estratégica, que articulasse, entre outros, o MNE, e o MCTES. Esta missão do IICT, parecendo-nos correctamente definida, não foi no entanto colocada em prática, o que tem inviabilizado o pleno cumprimento da missão deste Instituto.

Ao contrário do que aconteceu noutros países que, após as independências das suas ex-colónias, mantiveram importantes núcleos de I&D nos contextos tropicais, em Portugal esta valorização do conhecimento teve uma expressão muito reduzida. Esta situação, que se tem arrastado pelos últimos 30 anos, implicou a diluição ou o desaparecimento de um *know how* sobre temas tropicais, que teve como ponto de partida o trabalho de centenas de cientistas e técnicos portugueses ao longo de muitas décadas.

Com efeito, a política nacional de I&D para a cooperação não parece estar suficientemente caracterizada, apenas sabendo-se que os países da CPLP são parceiros preferenciais mas não exclusivos, da cooperação portuguesa. O impacto económico desta política junto dos parceiros preferenciais de cooperação, está em grande medida diminuído. Estes constrangimentos não têm obstado a que, por via do empenho dos investigadores, se tenha mantido uma actividade com níveis de produtividade assinaláveis. Para o efeito, os seus projectos têm sido candidatados a financiamentos da FCT, na expectativa de que estes respondam às prioridades de I&D dos países tropicais, às necessidades da política de I&D da cooperação nacional e principalmente aos pareceres dos referees internacionais da FCT.

Os critérios de definição de uma política nacional para a cooperação transferem-se assim, dos organismos por ela responsáveis (MCTES, MNE), para os *referees* da FCT. Neste sentido, o perfil dos trabalhos financiados confunde-se na sua essência com o produzido pelas Universidades, embora sem os recursos financeiros e humanos à disposição destas instituições, nomeadamente a ausência de fundos plurianuais da FCT e de concursos da Carreira de Investigação.

Saliente-se que estas limitações não têm impedido o trabalho, embora com dificuldades sensíveis, de unidades de investigação do IICT, como é o caso do internacionalmente conhecido “Centro de Investigação das Ferrugens do Cafeeiro”, que através de convénios,

conseguem alguns recursos permitindo uma cooperação efectiva com parceiros de outros países.

Contudo a generalidade do financiamento do IICT, dada a ausência de estratégias e de contractos programas com as tutelas e com contra-partes, marca-se por um vazio programático que apenas permite intervenções pontuais em sectores importantes do desenvolvimento de países como os PALOP's, tanto na área das Ciências Naturais como nas Ciências Humanas.

Portugal deixa assim espaços que estão a ser estrategicamente ocupados por outros países que, em muitos casos, desenvolvem os seus trabalhos de cooperação com base nos dados e resultados obtidos durante o período colonial, por cientistas e técnicos de instituições portuguesas.

A existência de uma política nacional de I&D para a cooperação com os países tropicais pressupõe que da sua execução resultem benefícios, tanto para Portugal como para os países contra-partes. Benefícios mútuos, que deverão traduzir-se no estreitamento de relações económicas e culturais.

O IICT integra valências científicas e conhecimento prático de países parceiros das regiões tropicais de todos os continentes, em particular os relativos a África. Está assim disponível um potencial que, sendo correctamente aplicado, é um instrumento valioso de execução de programas de Investigação e de Desenvolvimento com consequências práticas positivas para o país. A actual situação de profunda crise económica e financeira de Portugal é mais um argumento para que se rentabilizem as disponibilidades dos instrumentos de dinamização da economia. O IICT, como Laboratório do Estado, tem esta função que urge potenciar.

A concepção de um plano estratégico para este LE, com pelo menos cinco anos de vigência, incluindo as prioridades de I&D de instituições homólogas de países contra-partes, o estreitamento das suas relações com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, o retorno às equiparações entre as carreiras de investigação e a carreira docente universitária e a adopção de um sistema de financiamento adequado à execução da sua missão, são condições elementares para que o IICT cumpra os objectivos definidos na sua Lei Orgânica.

A complementaridade das valências científicas do IICT, com as de outros LE e restantes instituições do Sistema Científico Nacional, é relevante para o estabelecimento de parcerias a implementar no âmbito do plano estratégico deste instituto.

Este instituto, com cerca de 70 investigadores, 22 técnicos superiores, 53 bolseiros e 79 "assistentes operacionais", obteve, em 2010, através de financiamento externo, 1.881.219 Euros dos quais 750.227 foram gastos na execução de projectos de investigação e 1.130.992 foram despendidos em bolseiros e na contratação de doutorados.

Os planos e relatórios de actividade incluídos na página electrónica do IICT contêm informação relativa ao trabalho que a instituição tem realizado. Estas áreas incluem, no domínio das ciências naturais, a investigação das ferrugens do cafeeiro, a

ecofisiologia, bioquímica e biotecnologia vegetal o estudos de produtos florestais, a protecção integrada de produtos armazenados, ciências veterinárias e zootécnicas, bem como estudos de biodiversidade, etnobotânica, gestão dos recursos naturais e geoinformação para o desenvolvimento. No âmbito das ciências humanas, a história, a sociologia, a economia, a antropologia, e a sócio-economia ocupam grande parte dos trabalhos.

O Arquivo Histórico Ultramarino, o Jardim Botânico Tropical e o Herbário representam, dois núcleos patrimoniais fundamentais do IICT, com forte impacto.

As relações de cooperação internacional deste Instituto, sobretudo as de âmbito tropical, têm constituído instrumento essencial do seu trabalho.

Constata-se assim, apesar de uma prolongada marginalização do potencial de intervenção do IICT e da maioria dos Laboratórios do Estado, a existência de um *know how* claramente subaproveitado.

Neste contexto sintetiza-se nos seguintes termos, o que poderá ser uma análise SWOT:

|                          | <b>Positivos</b>  | <b>Negativos</b>   |
|--------------------------|---|--|
| <b>Factores internos</b> | <b>Forças:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Potencial científico</li> <li>. Acervo científico</li> <li>. Conhecimento dos parceiros internacionais</li> </ul> | <b>Fraquezas:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Ausência de um plano prospectivo</li> <li>. Carreira de investigação bloqueada e não acessível a novos investigadores</li> </ul>  |
| <b>Factores externos</b> | <b>Oportunidades:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Relações culturais e políticas com os países contra-partes, nomeadamente com os da CPLP.</li> </ul>        | <b>Ameaças:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Política de I&amp;D para a cooperação indefinida.</li> <li>. Sistema de financiamento dos LE não adequado às suas funções.</li> <li>. Espaços estratégicos de cooperação de Portugal ocupados por outros países.</li> </ul> |

Em síntese:

Este documento tem como objectivo veicular a proposta de análise de funcionamento do IICT, no sentido de tornar esta instituição num instrumento de execução da política de I&D para a cooperação com as regiões tropicais, já consagrado na sua LO.

O Conselho Científico do IICT disponibiliza-se para, em conjunto com outros órgãos da instituição e do Parlamento, participar nos trabalhos que concretizem no essencial as medidas da reforma dos

LE, objecto de um trabalho já realizado pelo MCTES e que, face ao difícil período que atravessa o nosso país, se afiguram inadiáveis.